



FUNDAÇÃO

WALDEMAR ALCÂNTARA

O PDT E O NORDESTE

- Uma contribuição à discussão -

Lúcio Gonçalo de Alcântara

O PDT E O NORDESTE

- Uma contribuição à discussão -

Lúcio Gonçalo de Alcântara

Ficha Catalográfica

Alcântara, Lúcio Gonçalo de

O PDT e o Nordeste: uma contribuição à discussão
/Lúcio Gonçalo de Alcântara .-- Fortaleza : Fundação
Waldemar Alcântara, 1993.

7f. -- (Coleção Documentos. Série Política ; 2)

1. Nordeste - desenvolvimento sócio econômico

2. Partido Político - proposta

mar Alcântara

I. Fundação Walde-

II. Título

III. Série

O PDT E O NORDESTE

- Uma contribuição à discussão -

Lúcio Gonçalo de Alcântara

- Ex-Secretário de Saúde do Estado do Ceará
- Ex-Deputado Federal e, atual
- Vice-Governador do Estado do Ceará

FUNDAÇÃO WALDEMAR ALCÂNTARA

Fortaleza

1993

A Coleção documentos publicada pela Fundação Waldemar Alcântara, objetiva divulgar textos que proporcionem uma reflexão sobre temas políticos, sociais, culturais, etc. A circulação é limitada, sendo proibida a reprodução da íntegra ou parte do texto sem o prévio consentimento do autor e da Fundação.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Lúcio Gonçalo de Alcântara

Luiza Alcântara

Maria Creuza Magalhães

Afonso Celso Machado Neto

Guaraciara Barros Leal

Capa: Ricardo Josino

Digitação: Lucyana Barros Leal
Oberdan Rodrigues

Editoração: Marcos A. A. Moreira

Revisão: Angélica Monteiro

Montagem: Carlos Henrique de Sousa

Desejando receber este caderno da Coleção Documentos, escreva ou telefone para:

FUNDAÇÃO WALDEMAR ALCÂNTARA
Rua Júlia Vasconcelos, 100 - Plo XII
60.120-320 - Fortaleza / CE.

Tel. (085)227-4577

FAX (085)273-2433

O PDT E O NORDESTE*

- Uma contribuição à discussão -

Lúcio Gonçalo de Alcântara

"Agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, encontraremos condições de confraternização e de mobilidade vertical peculiares ao Brasil"

Gilberto Freyre

Ao longo dos séculos, o Nordeste do Brasil tem sido objeto de interpretações e reinterpretações variadas, abrangendo o sertão semi-árido, as chapadas, o agreste e o brejo, indo até as serras úmidas do meio-norte e aos campos do norte de Minas Gerais. Uma terra de complexa caracterização.

O Nordeste, na sua heterogeneidade física e cultural, nem sempre tem o mesmo significado. Industrializá-lo não se pode garantir seja a expansão de Montes Claros (MG), ou a do pólo petroquímico de Camaçari (BA), do pólo têxtil do Ceará, do pólo cloroquímico de Alagoas ou do projeto de Alcan no Maranhão. O conceito do Nordeste depende da predefinição dos seus termos, em vista da múltipla diversidade da região e do próprio País, de todos os pontos de vista, econômico, social, cultural e ecológico, e para fazer frente à cruel visualização externa, que teima em considerá-lo unitário, imagem que persiste tanto no Governo como na percepção que dele têm as demais regiões, notadamente as do Centro-Sul.

O conceito unitário do Nordeste foi gerado e tem-se perpetuado a partir da perspectiva dos órgãos oficiais de desenvolvimento regional, criados para fomentar o seu progresso, embora a partir da visão e dos interesses políticos do Governo Federal. Este transformou por diversas vezes, os órgãos regionais de fomento em representações intermediárias da sua ação, iniciativa prejudicada pela criação do planejamento nacional globalizado, progressiva centralização do poder político e expansão burocrática dos estados federados, causando o desmoraonamento da intermediação política.

O BNB e a SUDENE tiveram inegável ascendência sobre os Estados nordestinos, logo após a sua criação. De um lado, tinha-se uma instituição financeira dotada de recursos estáveis, destinados ao financiamento de atividades produtivas; de outro, um órgão orçamentariamente e supostamente modernizante, tentando antecipar, aí com a colaboração do Escritório Técnico de Estudos do Nordeste (ETENE) do BNB, a aplicação de técnicas avançadas de planejamento, que somente viriam a ter utilização nacionalmente muito tempo depois. De outra parte, data da mesma época a fundação das primeiras universidades nordestinas. Tudo dominou a fragilidade financeira dos Estados, desprovidos de organismos de pesquisas e planejamento e com precária base de recursos humanos tendo sido, assim, o BNB e SUDENE, os responsáveis pelo fortalecimento da capacidade regional de planejamento, de pesquisa econômica, de ensino superior e de pesquisa científico-tecnológica, cumprindo, deste modo, a função pedagógica de disseminar processos modernos de administração.

* Proposta apresentada no 2º Congresso Nacional do PDT, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1993, como contribuição às discussões.

O desenrolar da história do País e instalação dos modelos de desenvolvimento, baseado no endividamento externo, gerando perdas internacionais incomensuráveis e detrimento do País, e a política dos governos militares apartir de 1964, cúmplice dos interesses do capital internacional e testa-de-ferro da elites gananciosas, levaram à debilitação a função do BNB, mediante a retirada dos recursos estáveis para o financiamento do progresso regional, e à total debilitação da SUDENE, hoje incapaz de desempenhar o seu papel.

A avaliação da três últimas décadas dá bem a mostra dessa política. Reverteu-se a tendência de declínio da participação do Nordeste na economia regional, afastando os sintomas de estagnação que marcavam a economia regional dos anos 50, mas, apesar do razoável ritmo de crescimento econômico e relativa modernização técnica, não se conseguiu alterar a pequena participação na formação do PIB brasileiro (cresce apenas 13,4% em 1960 para 14,8% em 1989) nem aliviar a precárias condições sociais em que vive a esmagadora maioria da gente nordestina, titular dos recordes nacionais de miséria.

Os problemas sociais do Nordeste só se têm agravado e exercem agora uma fortíssima pressão sobre os centros urbanos, que incham com populações migrantes, subempregadas e, na maioria, miseráveis. A pobreza absoluta cresce a cada dia mantê-se as altas taxas de mortalidade infantil, o desemprego e subemprego estruturais, o analfabetismo, as doenças e a carência de serviços básicos, como habitação e saneamento. A maioria dos índices de qualidade de vida dos nordestinos está separada em mais de 50%, com relação as restantes do País. No Nordeste, está cerca da metade das habitações subnormais do Brasil, quase dois terços dos brasileiros com déficit calórico de 200 calorias/dia, quase a metade dos trabalhadores brasileiros com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo. A expectativa de vida dos nordestinos é de 52 anos, inferior em 10 anos à média dos habitantes do Sudeste. Em número absolutos, há cerca de 4,6 milhões de trabalhadores rurais e 2,6 milhões de trabalhadores urbanos percebendo remuneração igual ou inferior ao salário mínimo.

Além disso, os trabalhadores nordestinos em geral não têm acesso aos benefícios a que fazem jus. 1,8 milhão dos rurícolas e 1,7 milhão dos trabalhadores urbanos não possuem carteira profissional assinada. Apenas 26,4% da força de trabalho são beneficiários da Seguridade Social (metade do índice nacional). Existem 500 mil pessoas em desemprego aberto na região, principalmente nas áreas metropolitanas o que, junto com o contingente de subemprego, totaliza 6 milhões de trabalhadores, dois terços dos quais na zona rural.

Por outro lado, o adensamento populacional, o avanço do grande capital monopolista na região, vindo, na maioria das vezes, do Sudeste, na busca dos incentivos oficiais e o uso de tecnologias inadequadas, têm agravado as questões ambientais, sendo hoje o Nordeste, presa fácil da destruição do meio ambiente. As secas periódicas expõem essa realidade no semi-árido e a expansão da atividade agrícola na faixa litorânea põe de lado o pressuposto de preservação ambiental.

A gigantesca concentração da propriedade da terra no Nordeste é outro fator exasperante, que leva as populações rurais à fome à doença e à morte lenta e gradual, não sendo exceção no Nordeste os conflitos que vigoram em todo o País por motivos vinculados à posse da terra.

Os 30% de brasileiros que vivem no Nordeste necessitam urgentemente do resgate da dívida social que a nação tem perante eles, maior dentre as regiões, acumulada ao longo de períodos, sejam de crescimento ou de crise. Uma dívida social que assume cada vez maiores dimensões e requer uma atenção especial das autoridades governamentais. O compromisso das elites dirigentes de derrubarem de uma vez por todas o muro de indiferença que ergueram entre si e o povo do Nordeste, colaborou para tirar esta mesma gente deste destino trágico que a prende à indigência atávica, cenário de tristeza de onde só emergido para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o cárcere e, por fim, o cemitério. Um povo que não conhece o berçário, a creche, a escola, a cultura, a saúde, a paz, o futuro e a vida.

As estratégias de desenvolvimento adotadas nos últimos 30 anos decerto produzirm efeitos positivos na economia nordestina como um todo - a renda da região cresceu a

taxas mais elevadas que a nacional em 1960/88, aumentando a participação da renda per capita nordestina na do Brasil de 40,1% para 53,2% em 1985, crescimento da região sempre maior que a do País, exceto na fase do malfadado milagre Brasileiro -, mas tal desempenho econômico não gerou ganhos no campo social, a não ser modestos avanços na taxa de mortalidade infantil e na expectativa de vida.

De outra parte, as estratégias adotadas só conseguiram ser efetivamente prioritárias por espaços de tempo muito curtos, geralmente na esteira da calamidade de uma grande seca. A consequência disso tem sido ações descontinuadas, a perda de interesse, causando esse resultado muito reduzido, benéfico apenas e tão-somente para as elites oligárquicas da região. A ação dessas elites na eliminação de possíveis ganhos sociais daquelas estratégias se faz pela interferência dos seus interesses políticos menores, visando a manutenção do seu poderio, mas preocupadas com as próximas eleições. Suas práticas retrógradas, clientelistas, fisiológicas, que as fazem aderir a qualquer governo, desde que este se adapte às suas conveniências, têm sido a maior causa da má aplicação e desvio de recursos, cevando-se elas da miséria e ignorância da população.

Também importante para o fracasso de qualquer estratégias antes implementadas tem sido a falta de compreensão e o frequente preconceito de setores vastíssimos da opinião pública nacional, alimentados justamente pelo comportamento daquelas elites atrasadas, que no Nordeste exercem com mais furor sua ação centralizadora do que na áreas do Centro-Sul, bem assim a ação do Governo Federal, com constantes anúncios de verbas que nunca chegam, senão para beneficiar aqueles que lhe dão o suporte político negado pelas áreas mais desenvolvidas do Sudeste.

O esvaziamento das instituições regionais de desenvolvimento, com a retirada dos recursos estáveis do BNB e o quase desmantelamento da SUDENE, fazendo-as perder o seu papel e desviando-as dos seus objetivos e, em alguns momentos, utilizando-as como instrumento daquelas elites, donas do poder na região, também é fator de fracasso das estratégias adotadas.

O subdesenvolvimento do Nordeste e a pobreza da sua gente são, porém, subdesenvolvimento e pobreza do Brasil. não haverá Brasil desenvolvido com Nordeste subdesenvolvido.

Com efeito, o País só tem a lucrar com o desenvolvimento do Nordeste. Desenvolver o Nordeste é um investimento produtivo não um gasto filantrópico. A incorporação ao mercado nacional de um contingente de 41 milhões de pessoas, uma população maior do que a da Argentina ou da Colômbia, representa um grande estímulo ao crescimento do País. Por outro lado, a solução dos problemas sociais do Nordeste reduzirá as pressões resultantes das migrações sobre as regiões prósperas, com todas as suas consequências em relação às necessidades de investimentos urbanos, criação de emprego e redução da marginalidade social.

Mas, para tanto, será necessário desmontar a cadeia de falsas idéias e preconceitos acerca do Nordeste, pois o seu desenvolvimento é, sem dúvida alguma, um assunto do interesse de todo o País, e uma oportunidade de negócio para todos. O desenvolvimento da Região redundará em demanda de bens de capital e de consumo e insumos provenientes do Sul, já que 60% dos equipamentos e 35% dos insumos da nova indústria nordestina vêm do Sudeste, estando 55% do capital social das empresas em mãos de grupos privados do resto do País.

O fim dessas idéias e preconceitos é primordial, pois garantirá a correta compreensão do Nordeste e dos seus problemas, estancará a remessa para o Centro-Sul dos lucros que aqui são gerados por aqueles empreendimentos, tirará o Nordeste do papel essencial de grande mercado exclusivo para a produção do Centro-Sul e permitirá que sejam aplicados aqui as divisas geradas pelo superávit comercial da região, nas suas relações com o exterior, ao invés de serem enviadas para financiar as importações do centro-Sul como ocorre atualmente. Em lugar de mercado cativo e gerador de divisas, o Nordeste tem de ser um parceiro em pé de igualdade, para proveito de todo o Brasil, deixando o povo nordestino de ser um grande exército de reserva de mão-de-obra barata e facilmente

explorável, cuja existência degrada cada vez o salário real de todos os trabalhadores do País.

Os macropotenciais de desenvolvimento do Nordeste teriam sua realização enormemente fomentada se implantasse uma nova política, para a qual será necessário modificar o papel do Estado na economia, sob pena de que o funcionamento espontâneo dos mecanismos existentes reforçará os desequilíbrios regionais e interregionais, fortalecendo os setores e espaços mais integrados e que já dispõem de importantes economias de aglomeração.

Será preciso, também, procurar fazer com que os efeitos das políticas de curto prazo não tendam a uniformizar nacionalmente as restrições e concentrar estímulos nas regiões mais dinâmicas; dever-se-á procurar suplantar as dificuldades da conjugação de fatores-chaves para o amplo aproveitamento dos recursos naturais da Região, notadamente no que diz respeito a uma reforma agrária eficaz, com assistência técnica condizente para se enfrentar o conservadorismo da elite oligárquica que mantém latifúndios inexplorados ou subexplorados. Decididas ações visando à elevação das condições de vida das pessoas, quanto à saúde, alimentação, habitação e educação. Serão, porém, pressupostos iniciais para que os demais aspectos desenvolvimentistas possam ocorrer.

O desenvolvimento do Nordeste depende da criação de um setor industrial moderno, integrado e competitivo. Apesar da existência de alguns pólos, a base industrial do Nordeste é pequena e concentrada (58% na Bahia, Pernambuco e Ceará em 1989).

O Projeto Carajás, na confluência da Amazônia com o Nordeste, é outro pólo dinâmico capaz de ensejar novas oportunidades de desenvolvimento. Experiências capitaneadas pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), demonstraram enorme potencial de desenvolvimento através da instalação de complexos agro-industriais, com localização privilegiada para o processamento da produção regional (beneficiamento de grãos, rações, frutas selecionadas, etc.). da mesma forma, o vale do São Francisco, com base na irrigação extensiva, cientificamente implantada, desponta com possibilidades efetivas de dinamização e ampliação de agroindústria. A irrigação, tanto pela iniciativa pública quanto pela promoção e indução à iniciativa privada é um imperativo para a ocupação econômica das áreas viáveis do semi-árido, ao lado da necessidade premente de uma redistribuição agrária que desconcentre a propriedade da terra e ofereça meios tecnologicamente adequados para que o homem se prenda à terra e nela produza.

São consideráveis as possibilidades de aproveitamento na área da mineração e, no que concerne ao potencial agrícola da região, a fronteira agrícola dos cerrados, no oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão, despontando com mais de 6 milhões de hectares aptos à produção de alimento e matérias-primas.

Cabe mencionar, igualmente, o imenso potencial turístico do Nordeste, que, apesar dos avanços ocorridos no setor, está ainda sub-aproveitado.

Para tudo isso, é necessário que se tomem ações importantes, não só no que compete ao governo, mas também no que diz respeito à tomada de decisões políticas, que dependam precipuamente da vontade política da elites nordestinas de se despirem da sua arrogância e riqueza desmedida para, através do Congresso Nacional, adotar medidas mais conseqüentes.

Deve haver urgente regionalização dos orçamentos federais, conforme os dispositivos constitucionais de proporcionalidade com relação à população. Os meios de financiamento da região, o FINOR e o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), administrados pelo Banco do Nordeste, que vieram, pela ação dos constituintes, recuperar partes dos recursos estáveis de que fora provido ao ser criado, deverão estar voltados para o financiamento. Aquele, de projetos que atendam aos requisitos de rentabilidade e retorno e, este, de atividades produtivas que abram fronteiras econômicas e espraíem melhorias na qualidade de vida das populações. tais aplicações deverão obedecer a critérios que garantam a sua crescente capitalização e permitam a máxima alavancagem de recursos de outras fontes, especialmente do setor privado e das instituições de finan-

ciamento internas e externas, além de necessitarem essencialmente de práticas que os dirijam para o financiamento com base eminentemente técnicas, sem influência política no deferimento do critério, evitando os desvios e o beneficiamento de grandes projetos que possam não representar o interesse da Região.

As instituições regionais de desenvolvimento, o BNB e a SUDENE, devem necessariamente possuir meios de agir e trabalhar de acordo com as finalidades para as quais foram criadas, que são claras e inequívocas, evitando-se a instrumentalização das entidades para beneficiar interesses alheios ao desenvolvimento global da região, distribuindo, de uma vez por todas, o aparelhamento de usam as oligarquias conservadoras dos instrumentos e recursos oficiais para forjarem grandes fortunas às custas do infortúnio do povo.

A SUDENE e o BNB, principalmente agora com a existência do FNE, devem ter administração clara e transparente, para que todas a sociedade nordestina possa se dedicar à sua defesa, na compreensão de que são órgãos indispensáveis ao seu desenvolvimento. A correta, transparente e democrática aplicação dos recursos do FNE deve ser exigência permanente de todos os setores organizados da sociedade nordestina, como os sindicatos de trabalhadores rurais, urbanos, entidades da sociedade civil, igrejas, associações de moradores, para que não seja desvirtuada pela elite conservadora, em proveito dos seus interesses próprios.

A política de recursos hídricos deverá ser executada, de modo que a irrigação seja benéfica para todas as populações, desde o menor agricultor até o grande complexo agoindustrial sem o que a concentração de terra e poder não terá solução de continuidade.

A integração das ações dos estados e municípios da Região com os órgãos de execução de políticas do Governo Federal é primordial para a consecução dos objetivos de desenvolvimento e progresso.

Para tanto, a legitimação política das ações públicas é condição para sua aceitação e implementação e, especialmente, para a sua continuidade. Deverá ser buscada e incentivada a participação de todos os segmentos da sociedade em relação à política de desenvolvimento nacional dentro e fora da Região. A atuação dos políticos regionais, na defesa dos interesses de toda a Região, e não apenas de seus padrinhos políticos - que hoje os padrinhos já estão eles mesmos se candidatando e, com as suas fortunas, conseguindo ser eleitos - deverá estar sob a constante vigilância das organizações populares, através do acompanhamento de suas atividades parlamentares, para que possamos sair do estado de semi-escravidão em que vive hoje a grande maioria dos nordestinos.

Em síntese a agenda do PDT para o Nordeste inclui proposições que vão dos serviços básicos governamentais às atividades dos setores produtivos.

A prioridade conferida à educação, por exemplo, passa necessariamente, pelo combate ao analfabetismo. A busca de eficácia neste setor aponta para a necessidade de alterações no próprio modelo educacional e até no currículo escolar, desde o ensino básico até o universitário. Nesse sentido, problemas do dia a dia dos nordestinos, como sua agricultura primitiva e obsoleta, baseada em lavouras de subsistência, constituem disciplina obrigatória de todos os níveis de escolarização. Também questões fundamentais, como as potencialidades e as limitações dos solos, do clima e do uso adequado dos recursos hídricos enriquecerão o currículo escolar, principalmente dos centros de estudos e de pesquisas de todas as universidades do nordeste, a fim de que a transformação da área semi-árida, pela irrigação garantindo agricultura avançada e próspera, equacione os problemas de emprego rural, de renda, de alimentação e de todas as sequelas das secas.

Esse modelo de educação ainda mereceu atenção dos governantes, e se a evasão escolar nas áreas rurais é tão elevada, sem dúvida é porque a pobreza curricular e sua alienação afasta o estudante nordestino das *escolas*.

No que tange à saúde, o PDT reconhece os índices insatisfatórios das populações de nossa região, mas sabe que o combate a certas endemias e até epidemias, pode e deve ser feito com receituário simples e barato, desde que o Estado seja suficientemente eficiente no uso de suas verbas de saúde.

Essas intervenções do Estado na educação e na saúde vão representar o primeiro passo de grandes contingentes de populações marginalizadas na escalada da ascensão social.

Quanto aos setores produtivos, as primeiras experiências bem sucedidas na área rural já indicam o equacionamento das questões seculares do semi-árido:

- **Progressiva transformação da economia do semi-árido, através da irrigação:**

- Aceleração do processo de irrigação, contando com a contribuição do setor público, através do DNOCS e da CODEVASF, que intensificarão suas ações de pesquisa e experimentação, funcionando, também, como centros de formação de agricultores profissionais da irrigação, com núcleos escolares de irrigantes em todos os seus perímetros.

- Expansão da irrigação, pela iniciativa privada, não apenas de empresas médias e grandes, mas sobretudo com intensificação do apoio técnico e financeiro ao pequeno produtor rural, às suas cooperativas e associações.

- Metas quantitativas anuais para expansão da área irrigada, definidas com objetividade e perseguidas tenazmente, independentemente de restrições orçamentárias.

- Polos agroindustriais de irrigação, à semelhança do existente no eixo Petrolina-Juazeiro, classificados como de alta prioridade para efeito de concessão de incentivos e de créditos oficiais diferenciados.

- Definição pela SUDENE e distribuição espacial desses novos polos agroindustriais de irrigação, em consonância com o planejamento estadual e acompanhamento de sua implementação, com avaliações sistemáticas, encaminhadas à apreciação dos governadores, nas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE.

- **Para o setor industrial, a proposta do PDT contempla a necessidade de maior integração do parque já instalado, devendo ser priorizadas, principalmente as seguintes atividades:**

- Densamente absorvedoras de mão de obra;

- Aproveitadoras dos recursos naturais da região;

- Absorvedoras de tecnologias que lhes assegurem competitividade.

Os incentivos e os créditos oficiais diferenciados deverão obedecer, entre outras, as seguintes diretrizes:

- Simplificação gerencial e administrativa dessas formas de apoio para as pequenas empresas e suas associações;

- Reformulação radical da atual sistemática de incentivos. Limitando-se, desde logo, a aprovação de novos projetos ao volume de recursos efetivamente disponível para o cumprimento dos cronogramas estabelecidos;

- Exclusão da concessão de incentivos de empreendimentos tipicamente concentradores de renda, a exemplo da pecuária extensiva;

- Prioridade a projetos localizados nos estados do nordeste com PIB inferior à média da região;

- Atualização das normas e fixação de critérios objetivos intensos ao clientelismo político e a pressões de grupos hegemônicos.

Finalmente, cumpre-nos preservar as instituições regionais de desenvolvimento, exigindo, porém, desses organismos, seu constante aprimoramento técnico e a modernização de suas formas gerenciais, a fim de que melhor possam servir à comunidade regional."

Colecção Documentos

Publicados:

Série Sociologia Nº 001

Aspásia CamargoNovo Brasil, Novo Nordeste: Idéias para um debate.

Série Política Nº 001

Walter Costa Porto.....O Sistema Proporcional Nas Eleições Brasileiras: Um Balanço

Série Literatura Nº 001

Beatriz Alcântara.....Academia Brasílica dos Esquecidos